

ESCOLA, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

NELSI ANTONIA PABIS

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Apresentação

Prezados acadêmicos do Curso de Pedagogia a distância da UNICENTRO - *campus* de Irati, sejam bem-vindos.

Sou a professora Nelsi Antonia Pabis e apresento a vocês o *e-book*, material de suporte para a disciplina *Escola, currículo e avaliação* que compõe a proposta curricular do curso de Pedagogia a distância da UNICENTRO - *campus* de Irati e é ofertada no 3º ano do curso.

O texto que segue é fruto de estudos, reflexões e vivências como professora da disciplina nos cursos de graduação e especialização da UNICENTRO e, principalmente, durante a realização dos cursos de mestrado e doutorado, estudando o tema e realizando pesquisas.

Neste texto há comentários e são indicados materiais como livros, textos, documentos, vídeos. A ideia central é estipular o que é currículo, como é definido na lei e nos demais documentos oficiais, as teorias que fundamentam as propostas curriculares, as modalidades de currículo, os componentes curriculares, analisando planejamento, implementação e avaliação de currículo, considerando uma proposta curricular tendo como referencial o material apresentado.

As ferramentas colaboram para a assimilação dos temas, de forma que os acadêmicos estejam aptos a elaborar, implementar, analisar e avaliar propostas curriculares.

Introdução

Prezados acadêmicos, a escola é o espaço para a socialização dos alunos e aquisição dos conhecimentos necessários à vivência social. Como a educação escolar é intencional, necessita ser planejada com antecedência. Portanto, é parte de um projeto político pelo qual são definidos os objetivos e os conhecimentos imprescindíveis para a vivência em sociedade. Entende-se que os conhecimentos para serem assimilados, internalizados e vivenciados pelos alunos necessitam ser trabalhados de forma contextualizada e numa perspectiva crítica, objetivando formar o sujeito crítico, participativo. As atividades realizadas nas escolas também contribuem para a construção da identidade social e da subjetividade.

O currículo constitui-se no documento formal, escrito, em que estão explicitados os objetivos, conteúdos, as experiências e atividades que crianças e jovens vivenciam nas escolas, com vistas à formação do sujeito crítico e participativo. Formar este cidadão requer opção por um tipo de conteúdo e atividades que preparem para essa finalidade.

O currículo é tema central nas políticas educacionais e nos projetos político pedagógicos das escolas pela sua relevância para o trabalho pedagógico e pelas visões antagônicas que apresenta, constituindo-se em tema de pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação e em disciplinas nos cursos de pedagogia e nos cursos de pós-graduação,

principalmente na área de educação. Também é tema de eventos importantes como o XIX Colóquio: *Revisitar os estudos curriculares: onde estamos e para onde vamos* realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em 2012.

Os estudos curriculares estão inseridos no campo da política educacional, pois, planejar e fazer currículo exige tomar decisões. Em educação fazer escolhas é um processo complexo, requer conhecimento sobre o que é educação, sobre as teorias educacionais e curriculares que a fundamentam, sobre as relações que se estabelecessem na sociedade, sobre as interferências políticas no processo educacional e envolve questões ideológicas. Fazer currículo exige conhecer o que é, os seus fundamentos, além dos conhecimentos sobre sua construção, implementação e avaliação.

No Brasil, como disciplina acadêmica, os estudos curriculares fazem parte do curso de Pedagogia, a partir do final da década de 1960, com a aprovação do parecer n. 252/69 que institui as habilitações. É disciplina obrigatória para a habilitação em Supervisão Escolar, considerando que um dos objetivos desta habilitação é formar o profissional para o assessoramento pedagógico ao trabalho do professor. Anteriormente, os currículos eram elaborados pelas secretarias estaduais e municipais de educação e enviados para as escolas, para serem implementados. Aos supervisores, com o acompanhamento do trabalho dos professores, competia garantir a implementação, razão pela qual necessitava desses conhecimentos.

No contexto, a concepção educacional adotada para a educação era a tradicional, o currículo entendido como lista de matérias ou disciplinas com os respectivos conteúdos a serem transmitidos na escola, tarefa não tão complexa. Com a implantação da lei n. 5692/71 e a opção pela concepção educacional com tendência tecnicista, voltada para a formação para o trabalho, o currículo centra-se nas técnicas de ensino e competia ao supervisor garantir a aplicabilidade.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, aprovadas em 2006, após longo debate entre os órgãos oficiais como Ministério da Educação e entidades representantes dos educadores, foram extintas as habilitações criadas no final da década de 1960 e instituiu-se a formação do pedagogo generalista. Uma das atribuições do profissional é a coordenação do trabalho pedagógico na escola que envolve a elaboração do currículo.

Estudos no campo da sociologia, filosofia, pedagogia e outras áreas apontam que, independentemente da concepção educacional adotada, planejamento e sua implementação não se separam. A Lei n. 9394/96 também delega à escola e aos profissionais da educação a tarefa de planejar. O planejamento, quer seja curricular, de curso, unidade ou aula é realizado por quem vai colocá-lo em prática, pois, é elaborado a partir do diagnóstico da realidade dos alunos com os quais se vai trabalhar, das possibilidades dos professores e dos recursos disponíveis. Além destes aspectos, considera-se que o Brasil é um país continental,

multicultural e, portanto, com realidades muito diferentes, o que não justifica uma única proposta centralizada.

Considerando que o curso de Pedagogia forma profissionais para atuar nas salas de aula da Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, disciplinas pedagógicas do Ensino Médio, modalidade Normal e em serviços de apoio pedagógico, e que uma das atribuições do pedagogo é a coordenação do trabalho pedagógico na escola que envolve a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico do qual o currículo faz parte, a disciplina *Escola, currículo e avaliação* objetiva possibilitar aos futuros profissionais da Pedagogia conhecimentos necessários para, em conjunto com os demais profissionais da educação, serem aptos a participar da elaboração, implementação e avaliação de propostas curriculares, principalmente na Educação Básica. Estes conhecimentos, imprescindíveis são abordados nos estudos da disciplina.

No capítulo I reflete-se sobre a trajetória dos estudos curriculares, em que ficam evidentes as mudanças ocorridas, na forma de se entender o currículo. Objetiva-se apresentar, na trajetória histórica, como o currículo constitui-se no formato atual.

No capítulo II são abordadas as teorias curriculares e reflexões sobre o currículo oculto.

No capítulo III discute-se temas relevantes para o currículo como conhecimento, diversidade, direito à educação.

No capítulo IV aborda-se os aspectos legais referentes ao currículo presentes na Lei n. 9394/96 e demais documentos oficiais que tratam das orientações curriculares.

No capítulo IV são contemplados estudos sobre a avaliação de currículo e elaboração de propostas curriculares.

E, finalmente, há as considerações finais e referências bibliográficas.

Como referência serão utilizados Saviani (1985), Mizukami (1986), Moreira (1990), Goodson (1995), Brasil (1996, 1998, 2006, 2015), Silva (2005), Apple (2006), Moreira e Candau (2008), Arroyo (2008), Gomez (2008), dentre outros.

Capítulo 1

A escola e o Currículo: Definições

O conhecimento das diferentes formas de entender as finalidades da escola e da educação é o primeiro passo para a tomada de decisão sobre a concepção de educação e de currículo que será adotada.

Em relação ao currículo escolar, de modo geral, há um conceito que orientou por longos anos a prática, referindo-se ao currículo como lista de matérias ou disciplinas e respectivos conteúdos trabalhados na escola, num determinado segmento escolar.

Estudos na área da educação e especialmente da sociologia, dentre outras, apresentam olhares diferenciados sobre o currículo, demonstrando que ele vai além de uma lista de matérias ou disciplinas e os respectivos conteúdos e constitui-se em instrumento definidor do que será realizado ou omitido nas ações da escola, assumindo um caráter político, social, econômico e cultural. No atual contexto, entende-se que as mudanças no currículo são influenciadas pelas transformações no campo social, político, cultural e, principalmente, econômico. A escola, assim como hoje é conhecida, surge no século XVIII como decorrência das transformações econômicas, resultado da revolução industrial, visando alfabetizar e instruir e preparar mão de obra para o trabalho, principalmente para as indústrias.

A tomada de decisões sobre o que é, ou não é, trabalhado na escola e a forma como é trabalhado apresentam implicações para a prática pedagógica. Ao se responder às questões sobre o que e como ensinar nas escolas, os profissionais envolvidos na elaboração da proposta curricular tomam decisões. Daí decorrem as reflexões sobre o currículo.

O Projeto Político Pedagógico e o currículo são questões centrais, considerados instrumentos a serviço da educação escolar no momento do planejamento e da prática. O currículo é o centro da escola. Como a tradição brasileira é de currículo formal e prescrito, isto é, elaborado a priori, pois existem outras formas de currículo, como o construído no processo, nele estão explicitados os objetivos e as ações que serão desenvolvidas. É o documento formal que orienta a atuação pedagógica, razão pela qual é essencial a participação do professor e dos demais profissionais da escola no processo de planejamento, o que requer conhecimentos sobre o que é currículo, seus fundamentos, discussões e reflexões sobre o conteúdo a ser trabalhado e a forma de trabalho, avaliação do ensino e aprendizagem e de currículo.

Considerando que os estudos curriculares acompanham as discussões que acontecem em torno das concepções de educação, o currículo é um tema tão amplo e polêmico quanto a própria educação. O termo necessita ser amplamente compreendido, pois, como coloca Goodson (1995) constitui “[...] o campo de toda sorte de estratégias, interesses e relações de dominação.” (p. 17). Para esse autor os conflitos em tor-

no da definição do currículo escrito são prova da luta que envolve as aspirações e objetos de escolarização.

Para Moreira e Candau (2008, p. 18) o currículo envolve “[...] as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio às relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes.” Para esses autores refere-se ao conjunto do trabalho pedagógico desenvolvido na escola com finalidades educativas; é o coração da escola, espaço central no qual todos os profissionais da escola atuam, razão para serem responsáveis, também, por sua elaboração. (MOREIRA e CANDAU, 2008) Deve contribuir para construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. Além de se preocupar com a transmissão dos conteúdos, deve desenvolver as potencialidades e a criticidade dos alunos com vistas à vivência social. O currículo também envolve as questões culturais.

Existe também o currículo oculto. Refere-se às questões que acontecem nas escolas mas não estão previstas no currículo formal e que nem sempre são percebidos pelos estudantes ou profissionais da escola. Refere-se a atitudes e valores transmitidos de forma velada pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Envolve rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os estudantes por grupamentos e turmas e, ainda, mensagens implícitas nas falas

dos professores e nos livros didáticos com demonstração de preconceitos étnicos, religiosos, de gênero, sociais, econômicos, dentre outros. Vários são os autores que tratam do assunto, dentre eles, Michael Apple (2006) e Henry Giroux (1986). Para Apple (2006) o currículo oculto refere-se às “[...] normas e os valores que são implicitamente, mas eficazmente, ensinados nas escolas e sobre os quais o professor em geral não fala nas declarações de metas e objetivos.” (p. 127).

No entanto, o currículo, quer seja o formal, explícito ou o oculto, nem sempre foi entendido da forma como é apresentado atualmente. Assim como os conceitos de educação e escola foram modificados no decorrer dos tempos, como consequência das transformações na sociedade, o mesmo aconteceu com o conceito de currículo. Certas posições adotadas nas escolas são resquícios de conceitos veiculados ao longo da história da educação brasileira e que não correspondem às atuais demandas da sociedade.

Para compreender melhor os conceitos que já orientaram a elaboração e prática curricular no Brasil e até a presença de certos conceitos e práticas adotadas nas escolas atualmente, leia o livro da disciplina: *Trajetória histórica do currículo*, p. 29 a 39.

Refleta sobre como o currículo foi entendido no decorrer dos tempos, desde o surgimento do termo com seu sentido etimológico até os dias atuais, quando é pensado numa perspectiva crítica. Identifique também os tipos de currículo lendo:

O currículo e as práticas pedagógicas, p. 17 a 23.

Sobre currículo oculto leia:

- *Quem escondeu o currículo oculto?* Em *Documentos de identidade: introdução aos estudos curriculares* de Tomaz Tadeu da Silva, p. 77 a 81.
- O livro da disciplina: *O currículo manifesto e o currículo oculto*, p. 76 a 85.

Lembre: nas definições de currículo estão explícitas as concepções de educação que norteiam o currículo. Reflita sobre essas concepções e inclua o currículo oculto. Ele acontece?

Capítulo II

Teorias de Currículo

No cotidiano, mesmo entre alguns profissionais da educação há críticas às teorias, atribuindo-se maior importância à prática. Essa é uma atitude norteada pelo senso comum, compreensível quando não há clareza sobre o que é teoria. Tomaz Tadeu da Silva (2005) em *Documentos de identidade: uma introdução aos estudos do currículo*, discute o que é uma teoria e apresenta as teorias do currículo. “A teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo de uma realidade que - cronologicamente, ontologicamente – a precede.” (Silva, 2005, p. 11). A teoria é uma representação da realidade, origina-se na realidade.

Tratando-se de currículo, a teoria adotada aponta o conhecimento a ser ensinado na escola, como ser ensinado e avaliado. Vários são os autores que tratam das teorias educacionais e que fundamentam a teoria curricular. Na literatura internacional, entre outros, cita-se Eisner e Vallance com *Concepções conflitantes de currículo* (1974) e entre os autores brasileiros, Dermeval Saviani (1985) em *Escola e democracia*, José Carlos Libâneo (1987) em *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*, Maria da Graça Nicoletti Mizukami (1986) em *O ensino: as abordagens do processo*, entre outros.

Para compreender melhor as teorias educacionais, leia no livro da disciplina: *A escola e o atual contexto social, político, econômico e cultural*, p. 13 a 29.

Fundamentado em autores com Bourdieu, Bernstein, Freire, Apple, Giroux entre outros, Silva (2005) apresenta as teorias tradicionais, as críticas e as pós-críticas.

As teorias tradicionais enfocam as questões técnicas, centram a prática no ensino e aprendizagem, nas metodologias, organização e planejamento. O objetivo principal é transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo da história e propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias para o trabalho. Esse tipo de currículo teve origem nos Estados Unidos e tem como base a tendência conservadora, fundamentada no taylorismo, que propôs um sistema educacional baseado no modelo organizacional e administrativo das empresas.

Para compreender melhor o que é uma teoria e as teorias curriculares, leia: *Teorias do currículo: o que é isso?* Em *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* de Tomás Tadeu da Silva. p. 11 a 27.

As teorias críticas centram a prática nos conceitos de ideologia, poder, argumentam que não existe uma teoria neutra, já que todas estão baseadas nas relações de poder. Questionam a razão de determinados conhecimentos estarem presentes no currículo e outros não. Enfatizam que os conteúdos e a forma como são trabalhados reproduzem a desigualdade social, o que ocasiona a evasão escolar de muitos alunos sem adquirirem os conhecimentos e as habilidades exigidas para a vivência social. A escola e o currículo são entendidos como espaço de lutas sociais e culturais. Para Silva (2005), a crítica começa com a ideologia, reprodução, resistência.

Para compreender melhor as teorias críticas, leia: *Onde a crítica começa: ideologia, reprodução, resistência*, p. 29 a 76 em *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* de Tomás Tadeu da Silva.

Na perspectiva pós-crítica o currículo está envolvido com os processos de formação pelos quais cada um torna-se o que é, é uma questão de identidade e de poder. (SILVA, 2005).

As teorias pós-críticas questionam as teorias críticas assim como as críticas questionaram as tradicionais. Para Silva (2005) para as teorias pós críticas poder e conhecimento são mutuamente dependentes, o currículo está envolvido nos processos de formação pelo qual nos tornamos o que somos; “é documento de identidade. (p. 150)

Para compreender melhor as teorias curriculares pós-críticas, leia: *As teoria pós-críticas* p. 85 a 142, em *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* de Tomás Tadeu da Silva.

Uma teoria educacional adotada expressa a visão de mundo, de sociedade, de educação, de escola, de ensino, de aprendizagem, de avaliação de quem a escolhe. As teorias veiculam diversas propostas, razão pela qual cabe à escola discutir a teoria curricular a adotar para chegar ao objetivo desejado. Na prática, não acontece a aplicação exclusiva de uma teoria, pois as ações mesclam-se. Mas é preciso definir a tendência. Ao pedagogo compete provocar, analisar e conduzir discussões sobre currículo, considerando que os cursos de licenciatura, exceto o de pedagogia, não contemplam em suas propostas curriculares estudos sobre currículo.

Assista aos vídeos:

Teorias curriculares. Acríticas, críticas e pós-críticas - Aula 01 de 03(Acríticas).

SEE PB 2017 - Conhecimentos Pedagógicos - Teorias do Currículo - Parte 1.

Capítulo III

O Currículo: Outros Olhares

Acompanhando os estudos e pesquisas em vários campos do saber como a sociologia, filosofia, educação e o currículo, em 2008 o MEC publicou material escrito por estudiosos brasileiros da área curricular, composto de 5 volumes com o título geral: *Indagações sobre currículo*, apresentando reflexões de temas fundamentais para a construção e aplicação de um currículo. Tem como objetivo principal “[...] deflagrar em âmbito nacional, um processo de debate, nas escolas e nos sistemas de ensino, sobre a concepção de currículo e seu processo de elaboração.” (BRASIL, 2008, p. 5). Destaca temas significativos, dentre eles o conhecimento e a cultura. Moreira e Candau (2008) abordam as relações entre currículo e o conhecimento escolar para as relações entre currículo e cultura e destacam a importância da vinculação entre concepção de currículo e as de educação debatidas em cada momento histórico. Mencionam a “[...] construção do conhecimento escolar como característica da escola democrática que reconhece a multiculturalidade e a diversidade como elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 2008, p. 11).

Para conhecer melhor sobre o tema leia: *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.*

Outro tema amplamente discutido nas escolas, nos encontros de educadores, nos movimentos sociais e que se tornou preocupação do governo federal e levou à criação de uma Secretaria é a diversidade, tema contemplado em um dos volumes. Para Gomes (2008), autora do texto, *A diversidade e o currículo, a diversidade* é “[...] construção histórica, cultural e social das diferenças.” (GOMES, 2008, p. 11). O Brasil é um país multicultural e, portanto, as diferenças estão presentes no cotidiano das pessoas e, como decorrência, nas escolas. Apresenta indagações que a diversidade traz para o currículo, como o tema é pensado nos diferentes espaços sociais e como lidar pedagogicamente com a diversidade. Questiona como está contemplada nos currículos das escolas e nas políticas de currículo.

Para compreender melhor leia: *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.*

Em outro volume, *Educandos e educadores: seus direitos e o currículo*, Miguel Gonzáles Arroyo (2008) ressalta a importância do trabalho coletivo dos profissionais da educação para a construção de parâmetros da ação profissional. “Os educandos são situados como sujeitos de direito ao conhecimento e aos conhecimentos dos mundos do trabalho.” (BRASIL. 2008, p. 10). Propõe que se desconstruam visões mercantilizadas de currículo, do conhecimento e dos sujeitos do processo educativo; critica a aprendizagem desenvolvida por competências e habilidades e aponta o direito à educação, como direito à formação e ao desenvolvimento humano pleno.

Para compreender melhor leia: *Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo.*

Capítulo IV

O Currículo na Lei n. 9394/96 e Demais Documentos Oficiais

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n. 9394/96 atribui às escolas a tarefa de planejar o currículo escolar e define uma base nacional comum e uma parte diversificada a ser trabalhada em todas as instituições escolares. Essa definição tem como objetivo assegurar a unidade nacional. Portanto, as escolas, ao elaborar as propostas curriculares, definem a concepção educacional a ser adotada, metodologia de ensino, sem desconsiderar os conteúdos propostos na legislação.

A lei também possibilita que a escola, respeitando as orientações do sistema estadual ou municipal de ensino – estadual se forem escolas estaduais e municipal se forem escolas municipais –, definam se o regime será anual, seriado, por alternância, ciclos, conforme consta no artigo 23 e também sobre o calendário, carga horária, avaliação.

A lei n. 9394/96 define as diretrizes e bases, mas existem documentos oficiais que operacionalmente apresentam objetivos, conteúdos, metodologia, recursos, avaliação que orientam a elaboração do currículo em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até

o Ensino Superior. Assim, há o Referencial Curricular para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Estaduais e Municipais e, mais recente, a Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2018. As diretrizes curriculares constituem-se em orientações a serem seguidas. No estado do Paraná a Secretaria de Estado da Educação – SEED publicou: Ensino fundamental de 9 anos: orientações para os Anos Iniciais, produzido com a participação de professores que atuam na rede estadual de ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – elaborados em 1998 pelo MEC com a participação de professores de todas as regiões do país, constituem-se em sugestões de objetivos, conteúdos, metodologia, recursos e critérios de avaliação a serem utilizados pelos professores.

Todos esses materiais são apresentados por áreas. Constituem-se em orientações para a prática dos professores e visam unidade para a educação brasileira. É nesses documentos que se encontram os subsídios e sugestões sistematizadas para o trabalho pedagógico escolar.

No Ensino Superior, o MEC instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os cursos, licenciatura e bacharelado. O curso de Pedagogia é orientado pela Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Apresenta os objetivos do curso, os conhecimentos de domínio do egresso, para exercer a profissão.

Para compreender melhor as atribuições do pedagogo e dos professores leia:

Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Artigos 4º e 5º.

Resolução n. 2 de 1º de julho de 2015. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, curso de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Artigo 7º.

Lei n. 9394/96.

Nos artigos 23 a 25 estão as orientações sobre a organização, se é anual, semestral, por alternância, ciclos, calendário, etc.

Nos artigos 26 a 28 constam as orientações sobre a composição curricular.

Referencial curricular para a Educação infantil (foto da capa);

Diretrizes Curriculares Nacionais.

Diretrizes Curriculares estaduais.

Ensino fundamental de 9 anos: orientações para os anos iniciais.

PCN. Parâmetros curriculares nacionais.

No portal do MEC estão publicados os Parâmetros curriculares nacionais (PCN). Utilize esse material como consulta quando construir/elaborar uma proposta de currículo, redigir um plano de aula.

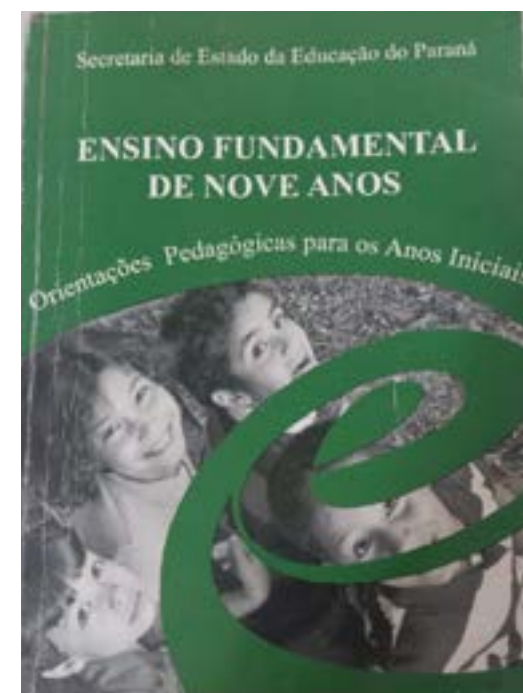
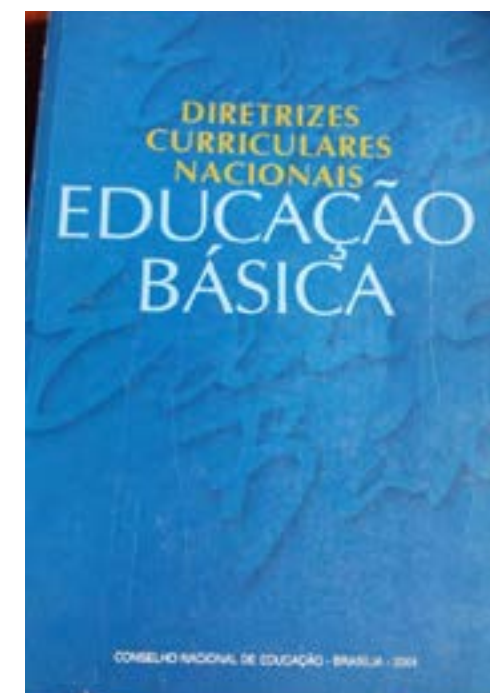
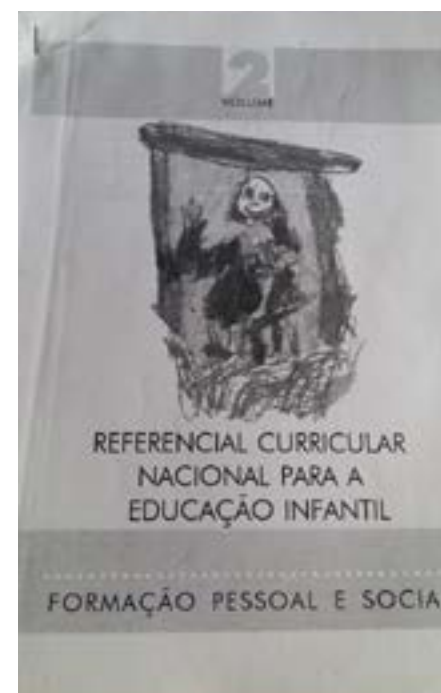
Assista ao vídeo produzido para a disciplina - vídeo gravado no NRE.

Assista ao vídeo: *O que é a Base Nacional Comum Curricular.*

Os materiais indicados, conforme as figuras abaixo, servem para leitura e consulta no momento da estruturação e prática do currículo. As leis e demais documentos oficiais são produzidos levando em consideração o contexto social, político, econômico e cultural do país e do estado em que a escola está inserida. Além dos documentos oficiais recorre-se aos estudos realizados por pesquisadores brasileiros e estran-

geiros em diversas áreas e os estudos específicos do campo curricular que fornecem os aportes teóricos para a fundamentação do currículo. Esses estudos, permitem compreender, por exemplo, as mudanças nas tendências curriculares, como as apresentadas por Silva (2005) em *Documentos de identidade*.





Fotos de exemplares do acervo particular.

Capítulo V

Currículo, Avaliação e Elaboração de Propostas Curriculares e Formação de Professores

A Lei n. 9394/96, redigida em período democrático, nos artigos 12, 13 e 14 atribui aos estabelecimentos de ensino e professores a tarefa de organizar as propostas curriculares sem desconsiderar as orientações contidas na lei. A conquista desse espaço é resultado das ações da sociedade em prol da democracia, na década de 1980 e, no campo educacional principalmente, pelo Fórum em defesa da escola pública em prol da gestão democrática, contrapondo-se ao instituído ao longo da educação brasileira que é a centralização, inclusive do currículo. Atribui aos profissionais da educação o compromisso com a formulação das propostas pois, compete a eles a implementação.

Consta no artigo 12: “[...] os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I. elaborar e executar sua proposta pedagógica;” no artigo 13 consta “[...] os docentes incumbir-se-ão de: I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;” e no artigo 14

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 2008).

Para compreender melhor o tema leia os artigos 12, 13 e 14. Da Lei n. 9394/96.

Assista ao vídeo produzido para a disciplina. Gravado na Escola João de Mattos Pessoa.

Quanto à formação de professores, a Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. No artigo 5º consta que o egresso do curso de Pedagogia, dentre várias atribuições, deverá estar apto a: “XII – participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;”

A Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015 dispõe sobre a formação de professores. Consta no artigo 3º:

a formação inicial e continuada destina-se [...] a assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação

na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (BRASIL, 2005, p. 6).

De acordo com o contido na LDBEN e nos documentos que tratam da formação de professores, é atribuição da escola e dos professores elaborar as propostas curriculares. Percebe-se que nesses aspectos os documentos apresentam consonância, as atribuições que o pedagogo desempenha na atividade profissional são trabalhadas nos cursos de formação de professores. Decidir sobre o currículo é tarefa árdua, pois envolve tomada de decisão.

Para compreender melhor as atribuições do pedagogo e dos professores leia:

Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Acesso em 21/11/2018. Leia os artigos 4º e 5º

Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Artigo 7º.

Considerando que o currículo é um documento escrito e, como coloca Silva (1995), um instrumento de poder, os professores, pedagogos, diretores fazem escolhas sobre as intenções e as ações que serão realizadas na escola. Como envolve opções, os profissionais necessitam tomar decisões. A escola está inserida no contexto social, político, econômico e cultural e é por eles influenciada por isso cabe a todos os profissionais conhecê-los. São expressos na concepção educacional que norteará os trabalhos, que envolve os aspectos filosóficos, psicológicos, sociológicos e legais. É neste momento que se define se o currículo será de tendência tradicional, cognitivista, humanista, crítico, pós-crítico, dentre outros. O currículo está relacionado aos objetivos que a escola desenvolve na sociedade, ao atuar na formação dos alunos que se pretende ser uma formação para a participação efetiva na sociedade. Também devem ser relacionados os paradigmas curriculares, as formas de organização e avaliação de currículo.

O currículo é uma proposta de trabalho, não é estático, pode ser reformulado no momento em que a escola entender que é necessário. A dinâmica da sociedade é um dos determinantes para as mudanças.

No material publicado pelo MEC, *Indagações sobre currículo* um dos volumes é dedicado à avaliação. Fernandes e Freitas (2008), autores do texto, destacam a avaliação como uma ação inserida no projeto político pedagógico da escola, em consonância com os princípios de aprendizagem estabelecidos, apresentada como responsabilidade coletiva e particular.

Abordam a avaliação da aprendizagem, a avaliação da escola e a avaliação do sistema escolar. Apresentam definições sobre avaliação, salientando que a avaliação é uma atividade que envolve legitimidade técnica e política na sua realização. Abordam a característica processual da avaliação, as práticas cotidianas com seus instrumentos. Também analisam a questão da autoavaliação.

Para compreender melhor leia: *Indagações sobre currículo: currículo e avaliação.*

Ao elaborar uma proposta curricular responde-se às seguintes questões: o que ensinar, com que/quais são os objetivos do ensino, quais conteúdos, como realizar o ensino, que recursos utilizar, como avaliar. O currículo contempla os mesmos componentes do plano de ensino, quer seja de curso, unidade ou aula. O que diferencia é que o currículo é um planejamento para uma determinada etapa da educação, como exemplo o currículo para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio. Diferente do plano de ensino que é pensado para uma turma, o currículo é pensado para todo o segmento escolar.

Quanto à avaliação é preciso diferenciar entre avaliação do processo ensino aprendizagem e do currículo como consta neste texto.

O currículo da escola em que você atua foi elaborado atendendo a esses princípios?

Assista ao vídeo produzido para a disciplina. *Escola João de Mattos Pessoa*.

Analise e avalie a proposta da escola em que você atua

Leia: *Currículo e proposta Político Pedagógica da Escola*, p. 24 a 27.

Neste estudo a autora discute a posição do currículo na proposta político pedagógica da escola.

As leituras, discussões com colegas, tutores e professor e demais atividades realizadas possibilitam ao profissional da pedagogia a condição para análise, elaboração e implementação de propostas curriculares.

O currículo é o documento para um segmento da escola, portanto, é planejado para o nível todo de ensino.

Considerações Finais

Pensar e fazer currículo é um compromisso com uma determinada comunidade escolar. Espera-se que com este estudo os futuros pedagogos estejam em condições de participar e coordenar a elaboração dos currículos escolares que oportunizem aos educandos a aprendizagem com vistas à vivência em sociedade. O mundo está em constante processo de transformação, decorrente dos avanços nas áreas sociais, científicas e tecnológicas, com questionamentos em torno dos valores presentes na sociedade. Compete aos profissionais da educação e especificamente aos pedagogos acompanhar essas transformações e trabalhar para a projeção de um currículo condizente com o momento histórico vivenciado, no sentido de que a escola, contribua para a formação do sujeito crítico, participativo, integrado na vida social.

Sugestão de Leituras

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIROUX, H. Teoria crítica e resistência em educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

Referências Bibliográficas

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre, Artmed, 2006

ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BRASIL. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em 16/11/2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/orientacoes/pcnparametros-curriculares-nacionais.htm> Acesso em 16/11/2018

_____. Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 21/11/2018.

_____. MEC. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2008. **Indagações sobre currículo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf> Acesso em 21/11/2018.

_____. Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98191-res-cp-02-2015&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192 Acesso em 21/11/2018.

_____. Base Nacional Comum Curricular. MEC. Secretaria da Educação Básica, Brasília, 2015.

EISNER, E e VALLANCE, E. **Conflicting conceptions of curriculum**. Berkeley; Mc Cutchan Publishing, Corporation, 1974.

FERNANDES, C. de O e FREITAS, L. C. de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, N. L. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

MIZUKAMI, M. da G. N. **O ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPR, 1986.

MOREIRA, A. F. e CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

PABIS, N. A. **Escola, currículo e avaliação**. Guarapuava: UNICENTRO, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações pedagógicas para os anos iniciais**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba: 2010. Disponível em: <http://www.klconcursos.com.br/apoio/2a374359a9e0554c5eac2522946624ac.pdf>. Acesso em 16/11/2018

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO
PARANÁ - UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Machado Polon
Coordenador Geral Curso

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Crissi Knuppel
**Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do
Curso**

Prof.^a Dr.^a Marisa Schnekenberg
Coordenador de Tutoria

Prof. Ms.^a Marta Clediane Rodrigues Anciutti
Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica

Espencer Gandra
Luiz Fernando Santos
Murilo Holubovski
Designers Gráfico

Creativeart / Freepik
Elementos gráficos